

Envelhecimento e extensão universitária na Universidade Federal do Piauí (UFPI): um relato de experiência

RESUMO

O objetivo desse trabalho é apresentar um relato das experiências do Projeto de Extensão PTIA Conexuscom, com ênfase na história, metodologia, resultados e desafios. O projeto está fundamentado nas diretrizes da extensão universitária (UFPI, 2014), nas contribuições de Freire (1996) e Teixeira (2017). O público-alvo do projeto são pessoas idosas atendidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Teresina-PI. As atividades foram desenvolvidas a partir de metodologias ativas, que promoveram uma aprendizagem baseada na interação, em trocas, pautadas na ética, na estética, na alegria e na esperança, que contemplou, por um lado, a ênfase na participação das pessoas idosas e, por outro, a valorização do lúdico, da arte, da cultura e da reflexão crítica. A Ação extensionista possibilitou trocas intergeracionais, discussão sobre direitos e contribuiu para a formação profissional de discentes de Serviço Social. Os desafios estão relacionados às problemáticas da falta ou precariedade de recursos, mas, apesar disso, a extensão é extremamente importante na formação profissional, na parceria com políticas públicas e na defesa de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento. Extensão Universitária. Direitos.

Iolanda Carvalho Fontenele

iolandaservicosocial@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0006-3596-0249>

Universidade Federal do Piauí,
Teresina, Piauí, Brasil

Lillian Thais Moura dos Santos

lillian.santos@ufpi.edu.br

<https://orcid.org/0009-0009-8879-4426>

Universidade Federal do Piauí,
Teresina, Piauí, Brasil

Maria Ricardina de Alencar

Neta

Maria.neta@ufpi.edu.br

<https://orcid.org/0009-0002-2781-3979>

Universidade Federal do Piauí,
Teresina, Piauí, Brasil

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de experiências de extensão na UFPI, no Projeto PTIA Conexuscom, vigência 2022-2023. O Projeto encontra-se vinculado ao Programa de Extensão Universitária para pessoas idosas (PTIA) - UFPI e objetiva promover o desenvolvimento de atividades socioeducativas; a informação, discussão e acesso a direitos por parte das pessoas idosas, o combate aos preconceitos, a ação política, as trocas intergeracionais e colaborar na formação profissional de discentes. O objetivo desse trabalho é discutir a problemática do envelhecimento e apresentar um relato das experiências no referido Projeto.

O Projeto encontra-se fundamentado nas diretrizes da extensão universitária (FORPREX, 2012; UFPI, 2014), nas contribuições de Freire (1996), Teixeira (2017; 2020) e Fontenele (2020). O FORPREX traz as seguintes diretrizes para a extensão: a interação dialógica, a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, impacto social na formação do estudante e na transformação social. A UFPI entende a extensão como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico, político e, portanto, deve promover a interação transformadora entre universidade e setores da sociedade, de modo a garantir os valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, o projeto em foco objetiva colaborar na formação profissional de discentes, estabelecer diálogo com a sociedade e contribuir para processos de transformação social, numa relação de troca, de diálogo entre a Universidade e, no caso aqui, a articulação com a Política de Assistência Social em Teresina (FORPROEX, 2012; UFPI, 2014; UFPI, 2023).

As Ações do projeto ainda tiveram como fundamento o ordenamento jurídico brasileiro no tocante à Seguridade Social (previdência, saúde e assistência social) no Brasil, mais especificamente a Constituição Federal (Brasil, 2023), o Estatuto da pessoa idosa (Brasil, 2003) e a Política Nacional da pessoa Idosa (Brasil, 1994), ordenamento este que coloca a pessoa idosa como sujeito de direitos, direitos fundamentais que devem ser garantidos pela família, pela sociedade e pelo Estado, com vistas a garantir proteção integral e com prioridade absoluta no atendimento.

O artigo está estruturado com essa introdução, depois, no desenvolvimento do tema proposto apresenta-se um breve histórico do projeto, a metodologia, os resultados, desafios e finalmente as conclusões. Espera-se contribuir com a construção de conhecimentos, as trocas de experiências e especialmente a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

O PROJETO DE EXTENSÃO PTIA CONEXUSCOM: HISTÓRIA, METODOLOGIA, RESULTADOS E DESAFIOS

Os anos 1980-1990 trazem à tona a problemática do envelhecimento enquanto expressão da questão social, em virtude das transformações demográficas no mundo e no Brasil, as condições de vida das pessoas idosas no

Brasil, a realidade das políticas sociais, além da contribuição da mídia, a mobilização dos movimentos que pressionavam por mudanças, as lutas políticas dos aposentados e pensionistas, as diversas organizações da sociedade (Teixeira, 2003), o envolvimento do empresariado, a participação do Serviço Social do Comércio (SESC); a contribuição de pesquisadores, estudiosos, de institutos de pesquisa e Organismos Internacionais, a exemplo da 1ª Assembleia Mundial sobre o envelhecimento, realizada em 1982, em Viena (Fontenele, 2009; Teixeira, 2003).

Foi nesse cenário de lutas e reivindicações que aconteceu o processo constituinte que culminou com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 2023). Em 1994 com a Política Nacional da pessoa idosa (Lei nº 8.842, de 04/01/1994), e mais tarde com a Lei nº. 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto da pessoa idosa) e tantas outras como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Brasil, 2011), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, a Portaria nº. 2.528, de 2006, que aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Fontenele, 2017), enfim, no conjunto desse ordenamento as ações voltadas para esse segmento ganham um novo paradigma, onde a pessoa idosa é entendida como pessoa de direitos, com capacidades, potencialidades, limites, perdas, que requer proteção social e com prioridade absoluta. As políticas sociais de um modo geral, a exemplo da Política voltada para crianças e adolescentes no Brasil e tantas outras, como na área da velhice, trazem uma mudança significativa que é o princípio da desinstitucionalização, apontando para a importância do atendimento das pessoas, no caso a pessoa idosa, em serviços, programas e projetos em meio aberto, colocando o acolhimento em instituições de longa permanência como um recurso que deva ser utilizado de forma excepcional, na ausência de condições de convivência e cuidado, ou nos casos em que a pessoa idosa é vítima de violação de direitos na família.

Nesse contexto surge o PTIA (programa) em 1998 na Universidade Federal do Piauí, enquanto uma proposta de programa de extensão universitária de educação permanente no formato das Universidades Abertas¹ para pessoas idosas, vinculado ao Departamento de Serviço Social, criado pela Profª Drª Aglair Alencar Setúbal, representando um grande avanço no Piauí e em Teresina no tocante ao atendimento em meio aberto, priorizando a atenção no âmbito comunitário, sem institucionalização do público em questão. O PTIA em 1998 trouxe as pessoas idosas para a UFPI, sendo essa a proposta das universidades abertas, a partir de 2016 o programa passa a contemplar projetos nas áreas de direito e cidadania, arte e cultura, educação e saúde, sociabilidade e convivência. Em 2020 surge o projeto de extensão intitulado PTIA na Comunidade, período 2020-2022, e na sequência o projeto PTIA Conexocom (2022-2023), como uma resposta às demandas da sociedade, das políticas públicas, marcando um outro movimento, que foi a ida do Programa PTIA ao encontro de políticas e serviços voltados para pessoas idosas, especificamente a Assistência Social, a fim de estabelecer parcerias, trocar experiências e saberes.

A Assistência Social foi definida na Constituição Federal de 1988 como política de seguridade social não contributiva e voltada para quem dela

necessitar (Brasil, 2023), depois foi regulamentada pela LOAS/1993 que especifica três objetivos que são a proteção social, a defesa de direitos e a vigilância socioassistencial (Brasil, 2011). Em 2004 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aponta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005, como instância de gestão das ações de assistência (serviços, benefícios, programas e projetos). O referido Sistema é descentralizado e participativo, com comando único em cada esfera de governo e opera segundo seguranças que devem ser afiançadas: segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia; segurança de convívio ou vivência familiar e comunitária; e a de acolhida, a partir de duas modalidades de proteção social, a básica e a especial – de média e alta complexidade (Brasil, 2005; Brasil, 2012).

A proteção social básica prevê o desenvolvimento de ações de caráter preventivo, de modo a fortalecer a função protetiva das famílias com vulnerabilidades. A proteção social especial de média complexidade assegura atendimento especializado para famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos e a proteção especial de alta complexidade oferta serviços destinados a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral para os usuários que por algum motivo não podem contar com o suporte da família ou não é possível permanecer na mesma (Brasil, 2005; Brasil, 2012).

Em Teresina o SUAS é criado inicialmente em 2005 (Bonfim, 2009) e atualmente a Política Municipal de Assistência Social em Teresina é coordenada pela Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCAPI) que articula uma rede de serviços socioassistenciais formada pelos setores público e privado (filantrópico), sendo essas unidades de atendimento as parceiras do PTIA Conexuscom.

Portanto, o público-alvo do projeto de extensão são pessoas idosas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no âmbito do SUAS (Brasil, 2014), serviço esse executado pelos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) ou por organizações da sociedade, do terceiro setor. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS)/2004 utiliza os conceitos de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais com os quais ela define as proteções do SUAS e suas atribuições, bem como o público-alvo. Nesse sentido, os critérios utilizados são da pobreza, tendo em vista os critérios de renda, o acesso a serviços, os vínculos familiares e comunitários e as diversas formas de expressão de violência (Brasil, 2005). Assim, os usuários do SCFV são indivíduos, no caso aqui, pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social pelas condições de pobreza, as dificuldades no acesso a serviços básicos, as questões dos vínculos familiares e comunitários e os riscos em relação às diversas formas de violências.

A população idosa no Brasil se apresenta com um crescente aumento ao longo dos anos. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população idosa brasileira no ano de 2022, de 60 anos ou mais, representava 15,1% contra 11,3% em 2012 (IBGE, 2023) com a expectativa de que em 2070 venha atingir mais de 35,0% (IBGE, 2016). Portanto, a longevidade da população é hoje uma realidade e com ela surgem novos desafios a cada dia, no tocante, por exemplo, à implementação de Políticas Públicas e as diversas

demandas e necessidades, tendo em vista a heterogeneidade desse segmento. Considerando ainda de um lado a necessidade de garantia de proteção social e de outro a importância da mudança de práticas e conceitos sobre a velhice e o envelhecimento.

A concepção de envelhecimento com a qual se trabalha está amparada nas contribuições de Teixeira (2017; 2020) que entende o envelhecimento e a velhice como processos nas experiências humanas, marcados por heterogeneidades. A autora critica as concepções a-históricas, biologicistas, demográficas, que acabam por sustentar uma visão homogeneizadora da velhice e do envelhecimento. As condições sociais, econômicas e políticas em uma sociedade têm um impacto profundo na forma como os indivíduos envelhecem. Por exemplo, acesso a cuidados de saúde, aposentadoria, oportunidades de trabalho e renda, de educação e suporte social influenciam diretamente a qualidade de vida na velhice (Fontenele; Costa, 2020; Teixeira, 2020), ou seja, a condição de classe, as questões de gênero, a sociabilidade familiar, comunitária e social (Minayo, 2006; Teixeira, 2017), da pobreza e das desigualdades, da raça/etnia, constituem facetas determinantes nas experiências e nos conceitos sobre o processo de envelhecimento. Em suma, o envelhecimento “não é algo determinado pela idade cronológica, mas é consequência das experiências passadas, da forma como se vive [...] no presente e de expectativas futuras. É uma integração entre as vivências pessoais e o contexto social e cultural em determinada época” (Schneider; Irigaray, 2008, p. 586, apud, Dardengo; Mafra, 2018, p.13).

Diante das problemáticas que cercam o envelhecimento, destaca-se algumas expressões da questão social relativas à longevidade que são importantes para a ação extensionista: a afirmação de direitos, a proteção social, frente a negação dos mesmos na história da sociedade e do Estado brasileiros e o combate aos preconceitos, aos estigmas sobre a velhice. Em relação aos direitos são muitos os desafios no sentido de garantir a efetivação dos mesmos numa perspectiva pública, universalista e democrática “no contexto atual, de políticas sociais sob os moldes neoliberais” (Ferreira; Teixeira, 2014, p.171), contexto esse que desafia também as lutas por defesa e manutenção de direitos nesse cenário de desmontes, de restrições. Além do receituário neoliberal, a questão da negação dos direitos está relacionada aos acúmulos de dívidas históricas que tiveram origem no clientelismo, no favor, no apadrinhamento, assim, faz-se necessário romper com essa cultura política na esfera do poder público e da sociedade. Para tanto é extremamente importante trazer essa temática para a formação profissional, para as ações extensionistas e todos os sujeitos envolvidos nas mesmas, especialmente as pessoas em situações de desigualdades e pobreza.

Essa cultura política do clientelismo, que se reveste de autoritarismo, também nega e desqualifica sistematicamente a participação da sociedade organizada na coisa pública. Segundo Freire, a dificuldade do exercício da democracia, da participação, são reflexos diretos de uma escolarização ou uma educação “voltada para a socialização do indivíduo, não para sua politização, para ser útil, antes que justo, para se comportar socialmente, mas não para agir politicamente” (2021, p. 2). Considerando essa realidade, a proposta do projeto é não só discutir sobre direitos, socializar informações, mas, articular o conhecimento com a ação política. O agir politicamente entendido aqui não só

enquanto movimento de rua, organização e engajamento em movimento social, sindicato ou partido público, que é importante e extremamente necessário, mas inclusive a formação de uma consciência ou a concepção de um projeto de sociedade e a tomada de posição, a luta por garantias de direitos nos diversos espaços do cotidiano, seja na família, na sociedade e no Estado. Um agir que se constitui na coragem do enfrentamento, como diz Freire: “o compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensofados. Somente assim o compromisso é verdadeiro” (Freire, 1994, p.19).

No tocante aos estigmas e preconceitos, a velhice está frequentemente associada à doença, incapacidade, inatividade, depois questões como o “sofrimento, aumento da dependência física, declínio funcional, isolamento social, depressão e improdutividade, entre outros fatores que não representam significados positivos (Ferreira, *et al*, 2012, p. 514). Nesse sentido, Simone de Beauvoir destaca a maneira como os estigmas da velhice são enraizados na cultura e na sociedade, afetando a maneira como as pessoas idosas são percebidas e tratadas (Beauvoir, 1990). Dentre tantos estigmas que afetam a vida, a saúde mental e a autonomia das pessoas idosas estão a invisibilidade social, onde a sociedade muitas vezes trata as mesmas como se fossem invisíveis e desvalorizando suas contribuições, em função de estereótipos e preconceitos, que se revestem de violência e tentativa de negação da dignidade da pessoa idosa. Assim, a velhice vai se tornando algo negativo e por isso as pessoas idosas, dentre outros fatores, podem sofrer com isolamento social aumentando o risco de solidão. Daí que “o que torna hoje a velhice sinônimo de sofrimento é mais o abandono que a doença, a solidão que a dependência” (Minayo, 2006, p. 54).

Considerando essas problemáticas e a parceria com as ações do SUAS em Teresina, mais especificamente o SCFV, a ação extensionista volta-se para o desenvolvimento de atividades socioeducativas a partir da utilização de metodologias ativas, que objetivam promover uma aprendizagem baseada na interação, em trocas, pautadas na ética, na estética, na alegria e na esperança (Freire, 1996), que abarca a racionalidade, os sentidos, as vivências e as relações, priorizando o envolvimento e a participação das pessoas idosas, tornando-as protagonistas. Portanto, a metodologia da ação extensionista esteve baseada de um lado na valorização e na necessidade da participação ativa da pessoa idosa, seu acolhimento, bem como no desenvolvimento de atividades que tiveram um caráter lúdico, priorizando a expressão artística e cultural das pessoas, e de outro a informação e o conhecimento sobre seus direitos, as possibilidades de ação política e a questão da intergeracionalidade. Todos esses momentos apresentaram caráter poético, musical, alegre e coloquial, priorizando a arte, a cultura e a brincadeira.

A intergeracionalidade é uma abordagem fundamental que promove a troca de experiências e conhecimentos entre pessoas de diferentes faixas etárias. Ao criar espaços de diálogo e colaboração entre gerações, essa prática visa enriquecer a vida de todos os envolvidos (Rodrigues, 2012). Enquanto as gerações mais velhas compartilham suas experiências de vida e conhecimentos, as gerações mais jovens trazem consigo perspectivas frescas, tecnologia moderna, ideias e linguagens diferenciadas (Rodrigues, 2012). Essa troca dinâmica cria um

ambiente de aprendizado contínuo, onde cada geração tem a oportunidade de se enriquecer com a visão e o entendimento da outra.

Além disso, a intergeracionalidade promove a valorização das pessoas idosas (Rodrigues,2012) e contribui para o desmonte de preconceitos sobre o envelhecimento e a velhice entre os jovens, ajuda a desafiar e desconstruir estereótipos relacionados à idade, construindo uma sociedade mais inclusiva, mais justa, onde o valor de cada indivíduo é reconhecido independentemente da sua idade ou de qualquer outra condição ou situação.

Um outro aspecto que se quer enfatizar é que as pessoas idosas, especialmente em situação de pobreza, trazem a família e o trabalho como síntese de identidade, de honra e sacrifício (Sarti,1996). Em função disso, as demandas postas pelas pessoas idosas para os serviços no campo das políticas sociais, muitas vezes, é de experiências que amenizem essas sobrecargas, que tragam melhores condições de vida, em vista da pobreza, das privações, dos riscos e vulnerabilidades.

O que se quer destacar é o fato de que tanto as realidades familiares, como o mundo do trabalho são extremamente carregados de significados que remetem para sociabilidades marcadas por responsabilidades, por obrigações, mesmo que perpassadas pelo prazer e não só pelo prazer, mas essencialmente constituem o sentido da vida, a identidade de ser social. Sendo assim, as sociabilidades fora da família, e do trabalho, propostas pelas políticas sociais e no caso aqui as ações extensionistas no âmbito do SUAS precisam trabalhar com vivências que incluam trocas prazerosas, lúdicas, pautadas na alegria, no humor, na brincadeira. Por outro lado, precisam valorizar a participação ativa da pessoa idosa, ultrapassando a relação tipo “educação bancária”, onde os sujeitos são passivos (Freire, 1996), somente participam na condição de receptores de conteúdos.

Assim, as atividades foram executadas no formato de oficinas ou rodas de conversa (tendo em vista a participação de todos) e com caráter socioeducativo, uma vez que se pretendia através da informação, da reflexão, ou mesmo das vivências, das relações, valorizar o saber e as experiências de todos os participantes, mas ao mesmo tempo provocar mudanças de valores (ou de preconceitos), inclusive entre docentes e discentes, nos modos de ser, de viver e de entender o mundo (Mito, 2004), tendo como centralidade a construção de uma cultura do direito e o combate aos estigmas. Assim foram desenvolvidas ao todo 12 (doze) atividades, com expectativa de completar as 16 (dezesesseis) até o final da vigência do projeto (2022-2023).

Por fim, em relação aos resultados pode-se identificar alguns, considerando que foram momentos onde por um lado se discutiu sobre direitos, e por outro se fez a experiência da diversão, de descontração, do entretenimento, de trocas intergeracionais (entre jovens/adultos/pessoas idosas), de resgate de histórias e memórias, da cultura nordestina, bem como de expressão artística e vivência do lúdico. Observa-se que as pessoas idosas sentem muito prazer e se envolvem de fato, se expressam a partir das mais diversas formas, certamente em graus diferenciados, fazem a experiência da reflexão, das trocas, mas acima

de tudo se elevam de um cotidiano que é marcado por lutas sangrentas, muitas vulnerabilidades e apoios frequentemente insuficientes. As atividades também favoreceram o fortalecimento de vínculos, a afirmação da importância da dimensão comunitária na vida da pessoa idosa, a construção de relações pautadas no respeito, na valorização, tendo em vista uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Para as/os discentes a experiência foi essencial para o desenvolvimento de habilidades de trabalho no Serviço Social, além de proporcionar um contato enriquecedor com o público e profissionais dos serviços, valorizaram os momentos de alegria, a oportunidade de sair da sala de aula e a importância do trabalho interdisciplinar em diferentes instituições.

Os desafios, as dificuldades encontradas estão relacionadas às problemáticas da extensão no âmbito acadêmico como a falta de recursos, a precariedade do transporte e da segurança no deslocamento para as instituições, a inexistência de seguro em vista dos riscos que se corre no desenvolvimento dessas atividades fora da Universidade.

CONCLUSÃO

Para fins conclusivos é importante destacar o papel da Universidade na área da extensão, considerando a formação profissional e o significado de estabelecer parcerias e trocas com as políticas públicas. A oportunidade de vivenciar experiências fora do ambiente da universidade é extremamente enriquecedora, no sentido de poder contribuir e ao mesmo tempo poder aprender com os profissionais, os usuários, bem como através do conhecimento sobre a realidade das instituições, o chão onde as políticas acontecem, o aprendizado através de vivências, da unidade teoria-prática. Além disso, o contato inicial com a prática profissional se mostrou valioso. De maneira notável, foi possível arrancar sorrisos genuínos das pessoas idosas, que participaram ativamente e gostaram muito das atividades, o que foi possível observar no olhar e na expressão de cada um. As/os discentes e a docente também puderam participar de experiências fundamentais na formação profissional, para além da sala de aula, das disciplinas, e principalmente tendo em vista o compromisso com a sociedade, com os setores em situação de vulnerabilidade. Enfim, as ações foram desenvolvidas na perspectiva da discussão, informação sobre direitos e o papel da ação política na sociedade, dos grupos, dos indivíduos e de outro na desconstrução de preconceitos, nas relações intergeracionais, tudo isso com arte, alegria e entretenimento.

Aging and university extension at the Federal University of Piauí (UFPI): an experience report

ABSTRACT

This work aims to present an account of the experiences of the PTIA Conexuscom Extension Project, with an emphasis on its history, methodology, results, and challenges. The project is grounded on the university extension guidelines (UFPI, 2014), and the contributions of Freire (1996) and Teixeira (2017). The project's target audience is elderly people assisted by the Socialization and Strengthening of Bonds Service (SCFV), in the scope of the Unified Social Assistance System (SUAS) in Teresina-PI. The activities were developed using active methodologies, which promoted learning based on interaction, exchanges guided by ethics, aesthetics, joy, and hope, which, on the one hand, emphasized the participation of the elderly and, on the other, the appreciation of playful, art, culture and critical reflection. The extension action enabled intergenerational exchanges, discussion about rights, and contributed to the professional development of Social Work students. The challenges are related to issues of lack or precariousness of resources, but despite this, extension is extremely important in professional development, in partnership with public policies, and in the defense of rights.

KEYWORDS: Aging. University Extension. Rights.

Envejecimiento y extensión universitaria en la Universidad Federal de Piauí: un informe de experiencia

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es presentar un informe de las experiencias del proyecto de extensión PTIA Conexuscom, haciendo hincapié en la historia, metodología, resultados y desafíos. El proyecto se basa en las directrices de extensión universitaria (UFPI, 2014) y en contribuciones de Freire (1996) y Teixeira (2017). El público objetivo del proyecto son las personas mayores atendidas por el Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos (SCFV), en el marco del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS) en Teresina-PI. Las actividades se desarrollaron a partir de metodologías de aprendizaje activo, que promovieron un aprendizaje sustentado en la interacción, en intercambios, pautados en la ética, estética, alegría y esperanza, que contempló, por un lado, el énfasis en la participación de las personas mayores y, por otro, la valorización de lo lúdico, del arte, de la cultura y de la reflexión crítica. La actuación del proyecto de extensión posibilitó intercambios intergeneracionales, discusión sobre derechos y contribuyó a la capacitación profesional de estudiantes de Servicio Social. Los desafíos están relacionados a problemáticas de falta o precariedad de recursos, aun así, la extensión es muy importante en la formación profesional, asociación con políticas públicas y defensa de derechos.

PALABRAS CLAVE: Envejecimiento. Extensión Universitaria. Derechos.

NOTAS

1 As Universidades Abertas surgem na França em 1960 como Universidades do Tempo Livre, depois como Universidades da Terceira Idade, datadas de 1973. Além da experiência francesa, pode-se destacar também a referência inglesa nascida em 1981. No caso do Brasil, a primeira Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) surgiu na Pontifícia Universidade Católica em Campinas em 1990. A proposta das UNATI's é no sentido de uma educação não formal, que não seja orientada por diretrizes curriculares, por conteúdos curriculares padronizados (Fontenele; Costa, 2020). Neste sentido, a ideia é que se "desenvolva um planejamento que proporcione uma aprendizagem que contemple atividades diferenciadas, considerando-se as diferentes fases da vida humana, na expectativa de promover uma educação mais prazerosa e efetiva, com mudanças de métodos e abordagens pedagógicas", tendo em vista as demandas e as necessidades das pessoas idosas (Vieira, 2011). Essa proposta de educação para pessoas idosas foi contemplada na CF de 1988, pela Política Nacional do Idoso em 1994 e pelo Estatuto do Idoso, de acordo com alteração dada pela Lei nº 13.535, de 15 de dezembro de 2017 (Fontenele; Costa, 2020).

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Tradução: Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BONFIM, M.L.N da C. **A estratégia do trabalho em rede no SUAS/CRAS – Teresina-PI: uma experiência em movimento**. São Paulo: PUC-SP, 2009. Tese de Doutorado em Serviço Social. Disponível em: <https://www.tede2.pucsp.br/MauriceiaLigiaNevesdaCostaBonfim.pdf>. Acesso em: 27 de set. de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 128/2022. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023a. Disponível em: [https://portal.stf.jus.br/CF\(1\).pdf](https://portal.stf.jus.br/CF(1).pdf). Acesso em: 02 de jun. de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Lei 8. 742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela lei 12. 435, de 6 de julho de 2011. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 15 de jun. de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, DF: MDS/SNAS/Conselho Nacional de Assistência Social, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nobsuas.pdf. Acesso em: 03 de ago. de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Política Nacional do Idoso**, Lei nº 8.842, de 4 janeiro de 1994. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/18842.htm>. Acesso em: 10 de nov. de 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto do Idoso**, lei nº. 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 10 de nov. de 2016.

DARDENGO, C. F. R.; MAFRA, S. C. T. Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo: contradição ou adaptação? **Revista de Ciências Humanas**. Taubaté: UNITAU, vol. 18, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/8923/pdf_1. Acesso em: 10 de ago. de 2023.

FERREIRA, O.G.L; MACIEL, S.C; COSTA, S.M.G.; SILVA, A.O; MOREIRA, M.A.S.P. Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional. **Texto Contexto Enfermagem**. Florianópolis: UFSC/Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, v.21, n.3, pág. 513-518, jul-set 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/fMTQ8Hnb98yncD6C7TTg9d/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de ago. de 2023.

FERREIRA, A. P; TEIXEIRA, S. M. Direitos da pessoa idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira. **Revista Argumentum**. Vitória: UFES/Programa de Pós-Graduação em Política Social, v. 6, n. 1, p. 170-173, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/7486>. Acesso em: 05 de set. de 2023.

FONTELE, I.C. **A problemática da pobreza vista a partir dos Organismos Internacionais**. Teresina: UFPI, 2009.

FONTELE, I.C. **A velhice e o envelhecimento enquanto expressão da questão social no Brasil**: alguns apontamentos para reflexão. Teresina: UFPI, 2017.

FONTELE, I. C. Ações Extensionistas Emergenciais de enfrentamento da Covid-19, voltadas para pessoas idosas no âmbito da política de assistência social: percursos analíticos operacionais. Teresina: UFPI, 2020. IN: BRAGA, I.A; FRANÇA, R.M.S de; COSTA, T.C.M. **Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de COVID-19**. Teresina, PI: EDUFPI: Cancioneiro, 2020.

FONTENELE, I. C; COSTA, T.C. M. Serviço Social e Programas Educacionais para Pessoas Idosas: desafios aos assistentes sociais no PTIA/UFPI. In: TEXEIRA, S. M. (org.) **Serviço Social e envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: XXXI Encontro Nacional do FORPROEX, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática Educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Educação e mudança. Trad. Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. Coleção educação e comunicação vol. 1.

FREIRE, R. **Ética e Política Contemporâneas**. Cuiabá: UFMT EM REDE/SETEC, 2021. Disponível em: https://setec.ufmt.br/Etica_Politica_Contemporanea.pdf. Acesso em: 30 de ago. de 2023.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Características gerais dos domicílios e dos moradores 2022**. PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/liv102004_informativo.pdf. Acesso em: 05 de set. de 2023.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2016. Rio de Janeiro: IBGE, Estudos & Pesquisas n. 36, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/liv98965.pdf>. Acesso em: 10 de jul. de 2020.

MINAYO, M.C de S. Visão antropológica do envelhecimento humano. In: **SESC**. Velhices: reflexões contemporâneas. São Paulo: SESC/PUC-SP, 2006.

MIOTO, R.C.T. Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**. Porto Alegre: PUC-RS, Ano III, n.3, dez. 2004. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/979/5119>. Acesso em: 15 abr. 2020.

RODRIGUES, M. I. S. **Atividades intergeracionais**. O impacto das atividades intergeracionais no desempenho cognitivo dos idosos. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2012. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/Tese_Intergeracionalidade.pdf. Acesso em: 30 de ago. de 2023.

SARTI, C.A. **A família como espelho**. Um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.

TEIXEIRA, S.M. Envelhecimento na agenda pública brasileira. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís:UFMA. v.7, n.1, 2003. <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3733>. Acesso em: 19 de nov. de 2016.

TEIXEIRA, S.M. Serviço Social e envelhecimento: perspectivas e tendências na abordagem da temática. In: COSTA, J.S; DEL MASSO, M.C.S; SOARES, N; PAIVA, S. de O. C. (Orgs.). **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. Franca: Editora da UNESP, 2017.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 137, p. 135-154, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ZGq7Ld9qsYwyrnfzjLtWZL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 de set. de 2023.

UFPI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX. **Resolução nº 035, de 13 de março de 2014**. Teresina: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX, 2014. Disponível em: https://ufpi.br/EXTENSAOresolucao_n_035-14_CEPEX.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

UFPI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 512, de 12 de junho de 2023**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Teresina: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2023.

VIEIRA, C. M. de S. S. A importância das universidades abertas e novos princípios para gerontologia educacional. **Revista Memorialidades**. Ilhéus: UESC/Núcleo de Estudos do Envelhecimento, v.8, nº 15, p.137-166, jan-jun 2011. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/memorialidades/article/view/90>. Acesso em: 15 de set. de 2016.

Recebido: 30 set. 2023

Aprovado: 09 fev. 2023

DOI: 10.3895/rtr.v9n0.17645

Como Citar: FONTENELE, I. C.; SANTOS, L. T. M.; ALENCAR NETA, M. R. Envelhecimento e extensão universitária na Universidade Federal do Piauí (UFPI): um relato de experiência. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 9, e17645, p. 1-14, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Iolanda Carvalho Fontenele
iolandaservicosocial@gmail.com

Direito Autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

